

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 07/Mar

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2925/2023



ALAGOAS



A VOZ DOS VIGILANTES



BOLETIM DIGITAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Maceió - MARÇO/2023 - Edição nº 07

Filiado à CUT - CNTV/PS - FIVABS - DIEESE

Facebook: Sindvigilantes Alagoas Twitter: @Sindvigilantes Instagram: @sindvigilantesal (082) 9 8207- 8257



MPT/AL ABRE PROCEDIMENTO PARA APURAR DENÚNCIAS DE ASSÉDIO MORAL CONTRA EMPRESA PROSEGUR

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas participou, nesta sexta-feira (3), de uma reunião com o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT/AL), Dr. Rafael Gazzaneo, para tratar das denúncias de práticas ilegais realizadas contra vigilantes que atuam no Transporte de Valores da empresa Prosegur, em Alagoas.

A entidade ingressou com uma ação no MPT/AL após receber denúncias de práticas antissindicaais, invasão de privacidade e assédio moral, envolvendo quebra de cadeados para acesso aos armários, constrangimentos causados aos profissionais em reuniões realizadas na base, entre outras condutas inaceitáveis. Diante do exposto, o MPT/AL abriu um procedimento investigatório para apurar as denúncias e nos próximos dias agendará uma nova audiência.

Em depoimento gravado em frente ao MPT/AL, o presidente do Sindicato dos Vigilantes, José Cícero Ferreira, reafirmou o apoio do sindicato aos trabalhadores da Prosegur. "A gente espera que essa audiência aconteça o mais breve possível para que essas práticas inaceitáveis sejam cessadas aqui em Alagoas", disse.

Ferreira alertou ainda para a importância de os trabalhadores denunciarem toda e qualquer prática que vá de encontro aos seus direitos como cidadãos e como trabalhadores.

Intermediação dos SINDESV-DF evita 40 demissões de vigilantes nos Correios



Em corte no orçamento, em torno de 25%, e havia uma previsão de demissão de 40 vigilantes. No entanto, a nova direção dos Correios abriu as portas para o Sindicato dos Vigilantes do DF, buscando uma solução que não passasse por essas demissões.

Após algumas reuniões, o superintendente dos Correios de Brasília, senhor Paulo Henrique Soares de Moura, entendeu a apreensão do Sindicato e afirmou que vão manter o orçamento até agosto, portanto, não haverá demissão neste momento e que a empresa, nesta nova gestão, pretende priorizar o emprego.

A boa notícia foi dada em reunião nos Correios no início da tarde desta segunda-feira, 06 de março de 2023.

O presidente do SINDESV-DF, Paulo Quadros, afirmou que manter o emprego desses pais e mães de família é de fundamental importância e acredita que a direção dos Correios buscará as verbas necessárias para fortalecer a Empresa (ECT) e manter os empregos. Paulo Quadros também ressaltou a importância desses vigilantes na segurança dos Correios e de seu patrimônio. Ele agradeceu o apoio do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, através de sua presidente, Amanda Corsino, da intermediação da deputada Erika Kokay, dentre outros que muito contribuíram para mantermos os vigilantes em seus postos de serviço.

FONTE: SINDESV DF

Projeto determina que paredes de vidro de bancos sejam à prova de bala

Conforme a proposta, esse tipo de vidro deverá ser usado quando as paredes estiverem voltadas para a rua e também nas portas giratórias



O Projeto de Lei 108/23 determina que as paredes de vidro das agências bancárias voltadas para a rua sejam à prova de bala. A proposta, em tramitação na Câmara dos Deputados, dá prazo de 120 dias para a substituição.

Apresentado pelo deputado Rubens Otoni (PT-GO), o projeto também exige a substituição dos vidros das portas giratórias com detectores de metal e o fornecimento de coletes à prova de balas para os vigilantes que atuam armados na agência.

Todas essas medidas são inseridas na Lei de Segurança Bancária. Otoni afirma que o objetivo do projeto é dar maior segurança aos

frequentadores das agências. “Essa necessidade ocorre por causa do alto índice de assaltos às agências bancárias em todo o país, que vem pondo em sério risco a integridade física dos clientes, dos funcionários e, ainda mais, daqueles que lá prestam serviços de vigilância armados”, disse.

Tramitação

O projeto será despachado para análise das comissões permanentes da Câmara.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Geração de emprego de qualidade passa por fortalecimento do sindicato, diz Sérgio Nobre

Presidente da CUT reforça que o Brasil tem muita coisa para fazer em diversas áreas com geração de empregos, mas que é preciso fortalecer os sindicatos para que sejam de qualidade e com carteira assinada



Sergio Nobre em entrevista a Juca Kfourri, na TVT

O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre destacou que o Brasil tem muitas áreas de produção e obras que precisam ser retomadas para o país voltar a crescer, como a construção civil que emprega milhares de trabalhadores, melhorias na mobilidade urbana com a fabricação de trens, ônibus e metrô, a produção de equipamentos médicos, entre outros.

Ele também frisou a necessidade de reindustrialização do país que teve parte de sua produção industrial sucateada ou enviada

para outros países, com a desculpa de que no exterior a produção é mais barata.

Mas, segundo o presidente da CUT, para que a população seja beneficiada pela retomada da economia é preciso de bons empregos e isto só é possível com o fortalecimento do movimento sindical que pode cobrar por empregos com carteira assinada.

“Na época da ditadura militar, o Brasil cresceu, mas sem distribuição de renda para a população, que não se beneficiou do

crescimento econômico”, declarou Nobre ao sustentar que o movimento sindical fortalecido é capaz de lutar pelos direitos trabalhistas.

Esses e outros assuntos foram debatidos pelo presidente da CUT com o jornalista Juca Kfoury, no programa Entre Vistas, da TVT, que foi ao ar nesta quinta-feira (2). Veja abaixo entrevista completa abaixo.

Governos anteriores tentaram asfixiar sindicatos para evitar fiscalização

O caso das três vinícolas de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, em que 207 trabalhadores foram resgatados, na semana passada, de situação análoga à escravidão, prova que ainda hoje “temos no Brasil (uma parcela do) empresariado com mentalidade escravagista. Em especial, o chamado agronegócio tem mentalidade escravagista”.

De acordo com o dirigente, casos de trabalho escravo se repetem no país “porque nos últimos seis anos houve um desmonte do sistema de fiscalização do Ministério do Trabalho”. Nobre faz referência ao governo golpista de Michel Temer (MDB, 2016-2018, mas principalmente ao de Jair Bolsonaro (PL), nos últimos quatro anos.

A situação na Serra Gaúcha envolve ainda as maiores vinícolas brasileiras – Aurora, Salton e Garibaldi – que, diante da repercussão negativa do caso, tentaram se afastar de suas responsabilidades, afirmando que os trabalhadores prestavam serviços a uma terceirizada por elas contratadas.

“Eles acabaram com as fontes de financiamento do movimento sindical porque eles queriam asfixiar para que os sindicatos perdessem sua capacidade de fiscalização. E esse é o resultado. Agora você vê, são grandes empresas que estão envolvidas, não são empresas pequenas, microempresas. E que têm a cara de pau (de falar) ‘não fomos nós, mas a

empresa terceirizada que contratamos’. Mas se contrataram (a empresa) é de responsabilidade deles. Como você contrata uma empresa sem investigar, sem saber as condições? Isso mostra que essa tal da terceirização tem que ser revista”, contestou o presidente da CUT.

A Lei da Terceirização foi aprovada por Temer ainda em 2017. Mas o desmonte da legislação trabalhista seguiu sob o governo Bolsonaro.

Luta sindical sob Lula

A expectativa do movimento sindical é que sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) as pautas dos trabalhadores, como a revogação da terceirização, avance. Ele rebateu críticas de que nos primeiros governos do PT, com Lula e Dilma Rousseff, as entidades tornaram-se brandas.

De acordo com Sérgio Nobre, o movimento conquistou o direito de negociação e a luta mudou de patamar. “Saiu do portão da fábrica e foi para a mesa de negociação”. O que diz que vem sendo retomado.

“O país tem muito que fazer, temos que apresentar nossas demandas sociais de superação da pobreza e voltar a fazer o país crescer. O presidente abriu para o movimento sindical apresentar suas demandas e trilhar o caminho de recuperação do Brasil”.

Sobre isso, o presidente da CUT encerrou, chamando atenção para a necessidade de uma nova política industrial como “caminho para a reconstrução”. O país, ainda segundo ele, tem condições para criar um “grande” programa de qualificação profissional para aperfeiçoar a mão de obra.

Foto: Reprodução / Youtube

Fonte: Rosely Rocha / CUT Brasil

Bancos brasileiros podem estar financiando atividades de alto risco ambiental

Publicadas nesta segunda (6), recomendações para reverter o cenário serão apresentadas ao Banco Central



Obstáculos impedem que setor bancário brasileiro alcance práticas sustentáveis mais concretas - Rafael Neddermeyer/ Public Photos

Para que os bancos brasileiros consigam atingir níveis desejáveis de sustentabilidade, a concessão de crédito para atividades como a mineração e a produção industrial precisa ser mais criteriosa. As investigações sobre as práticas das tomadoras empréstimos são vistas como essenciais nesse processo.

Segundo avaliação da associação Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS), um número expressivo de operações com setores de alto risco socioambiental não passam por avaliação mínima. Isso acontece especialmente em concessões de valores mais baixos e para

empresas de pequeno porte.

O problema é que sem atenção à gestão socioambiental, as instituições bancárias correm o risco de estar financiando atividades envolvidas em infrações, como desmatamento ilegal e violação de direitos de comunidades tradicionais.

De acordo com a diretora da SIS, Luciane Moessa, atualmente as instituições não levantam as informações necessárias para garantir que o problema não ocorra.

“Na prática, cada banco faz um pouco como quer. Eles olham os riscos necessários ou

as bases de dados necessárias de todos os setores? Eu diria que não. De um modo geral, cada banco faz os seus recortes. A regulação, atualmente, deixa eles livres para isso. Então, muitas vezes eles fazem recortes baseados no valor da transação da operação de crédito ou no valor do faturamento da empresa, e não no fato de que aquele setor oferece um risco socioambiental elevado. Isso deixa brecha para muitas atividades, que podem ser, inclusive ilegais.”

Recomendações

Diante dos “pontos cegos”, a SIS publica, nesta segunda-feira (6) o estudo Recomendações para fortalecimento da consideração de questões climáticas e socioambientais na regulação bancária brasileira.

São diretrizes baseadas em dois grandes pontos de partida. O primeiro deles reúne o que o que já existe na regulação bancária brasileira sobre a temática e que impactos foram gerados ou não pelas normas. O segundo diz respeito a regras aplicadas em outros países e como elas poderiam ser utilizadas no Brasil.

O levantamento será entregue ao Banco Central do Brasil. De acordo com Luciane Moessa, a entidade reguladora tem papel primordial para garantir padrões adequados de gestão ambiental.

“Ele tem as atribuições de fazer avançar essa agenda e ele tem estado atuante, tem observado o estágio do mercado. Mas está distante do ideal. Ele pode dialogar com o Ibama, com o Ministério do Meio Ambiente, com órgãos que conhecem bem quais são os indicadores relevantes para cada setor econômico e incluir isso na regulação. Não adianta achar que iniciativas de autorregulação e que o mercado vão perceber por si e fazer com que isso aconteça na medida necessária”, alerta.

Crise ambiental

Frente à crise do clima e da perda de biodiversidade, a discussão é considerada urgente para o setor bancário. Algum avanço foi notado a partir de 2021, com a definição de critérios para classificação de riscos socioambientais, mas ainda não é suficiente.

Entres os obstáculos estão a falta de previsão mais clara de bases de dados mínimas a serem consultadas e de informações sobre o universo de transações que devem ser avaliadas. Segundo Luciana Moessa, as instituições também precisam de um papel mais proativo na busca por dados.

“Comparativamente, o Brasil é um dos países que têm mais dados online em matéria socioambiental, sobretudo na esfera federal. Existem gaps na esfera estadual, o que não significa que os dados não existem. As informações que eles não encontrarem publicamente, podem pedir diretamente para as empresas potenciais tomadores de crédito. Agora, eles têm que saber o que perguntar, têm que fazer o dever de casa.”

Divulgada recentemente, uma pesquisa da SIS apontou que nenhum banco que atua em território nacional conseguiu resultado acima de 30 no chamado Ranking de Atuação Socioambiental de Instituições Financeiras (RASA). As notas variam de 0 a 100.

O estudo avaliou os sete maiores bancos do país, os dois bancos cooperativos mais expressivos e o holandês Rabobank, que no Brasil atua somente com o agronegócio. O grupo responde por quase 90% do mercado nacional de crédito.

Edição: Thalita Pires

FONTE: RBA

Juíza ironiza ostentação de devedora trabalhista e manda apreender CNH

O Judiciário pode adotar medidas coercitivas atípicas previstas pelo CPC para garantir o cumprimento de ordem judicial nos casos em que o devedor trabalhista mantém um vistoso padrão de vida, mas não quita dívida trabalhista porque não quer.



Com esse entendimento a juíza Samantha Mello, da 5ª Vara do Trabalho de Santos, determinou que uma mulher com dívida trabalhista de R\$ 30 mil há 13 anos tenha a CNH e o passaporte apreendidos, além de itens de luxo penhorados.

A magistrada anexou à decisão uma série de fotos das redes sociais da devedora esbanjando uma vida de luxo para indicar que ela tem condições de pagar a dívida.

“A executada postou sua foto usando um casaco da marca Louis Vuitton, sendo que, possivelmente, uma única peça de roupa

sua seria capaz de quitar o presente processo [...] Mas também há espaço para Chanel — como não amar, não é mesmo?”, ironizou.

“Inclusive, no dia 25/02/2023, quando esta magistrada minutava essa decisão, em seus stories [no Instagram] a executada exibia suas compras realizadas e falava o lema adotado no seu dia a dia: ‘dinheiro não traz felicidade, mas compra’”, prossegue a decisão.

A juíza determinou a adoção de uma série de decisões contra a devedora, inclusive que uma residência de R\$ 2,2 milhões seja leiloada se o valor dos bens penhorados não for o suficiente para quitar a dívida trabalhista.

Leia a lista de determinações:

- Penhora de tênis e casaco da marca Louis Vuitton e de bolsas Chanel;
- Apreensão de CNH e passaporte;
- Envio de ofício à Receita Federal para que, querendo, apure a ausência de declaração de Imposto de Renda em 2020, 2021 e 2022 por parte da executada;
- Multa de 20% sobre o valor da causa por ato atentatório à dignidade da Justiça, uma vez que a devedora estaria evitando oficial de Justiça, retardando a execução;
- De forma subsidiária, o leilão da residência da devedora, avaliado em R\$ 2,2 milhões, se o valor dos bens penhorados não for o suficiente para quitar a dívida trabalhista.

As medidas atípicas previstas no CPC, como a apreensão de passaporte e CNH, foram consideradas constitucionais em recente decisão do Supremo Tribunal Federal.

Especialistas consultados pela ConJur divergiram sobre a aplicação da decisão do Supremo. Para alguns, o entendimento da corte pode levar à supressão de direitos fundamentais. Para outros, as ressalvas previstas na tese garantem que as execuções respeitarão os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

FONTE: Revista Consultor Jurídico

Ex-presidente da Ceagesp liderou invasão armada à sede do sindicato dos carregadores

“Eu sou o juiz, quem manda na Ceagesp sou eu, não tenho que pedir mandato para ninguém”, gritou Mello Araújo



De camisa branca (à direita), Mello Araújo, ex-comandante da Rota e ex-presidente da Ceagesp, comandou a invasão do sindicato - Foto: Divulgação

No último dia 9 de dezembro, o coronel da reserva Ricardo Nascimento de Mello Araújo, ex-comandante da Rota, completava 40 dias na presidência da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Bem cedo, às 8h, decidiu fazer uma visita surpresa ao Sindicato dos Carregadores Autônomos (Sindicar) e levou consigo um grupo de assessores armados.

“Ele entrou na frente, já gritando que era pra todo mundo colocar as mãos para o alto”, lembra Mário Souza, que hoje preside o sindicato. “O coronel enquadrado o presidente do Sindicar, um senhor de 71 anos na época, fez ele levantar os braços e o revistou. Fizeram a invasão, uma coisa horrível. Entraram e começaram a revistar todos os trabalhadores. Eles se apresentavam como policiais, mesmo estando todos na reserva.”

Advogados consultados pela reportagem afirmaram que a conduta do reservista foi completamente contra a lei, tendo cometido

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

crimes tipificados no código penal. Entre eles, o artigo 328, de usurpação da função pública, que prevê detenção de até dois anos, além de multa. Caso o criminoso condenado tenha conseguido alguma vantagem com o ato, a pena pode subir para até cinco anos de prisão.

O Brasil de Fato teve acesso às imagens da invasão ao sindicato (ver galeria abaixo). É possível ver Mello Araújo, de camisa branca, à frente do grupo. Em algumas fotos, assessores do presidente apontam as armas para os trabalhadores. Os sindicalistas afirmam que o presidente da Ceagesp e seus assessores alegavam que haviam armas escondidas no espaço.

“Foi um pânico tão grande, estávamos assustados. Queriam que o presidente, com 71 anos, levantasse a tampa de um bueiro. Causaram um pânico tão grande, estava todo mundo assustado. Mas não encontraram nenhuma arma”, lembra Souza.

Os sindicalistas procuraram o advogado do Sindicar, Hermano de Moura, que interpelou Mello Araújo por telefone. O presidente da Ceagesp teria respondido, de acordo com Souza: “Eu sou juiz, quem manda na Ceagesp sou eu, não tenho que pedir mandato para ninguém.”

As imagens integram um dossiê com denúncias contra a gestão de Mello Araújo à frente da Ceagesp. O ex-comandante da Rota foi nomeado para o cargo pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 23 de outubro de 2020 e pediu exoneração em 6 de janeiro deste ano.

Outro lado

Procurada, a Ceagesp não quis se manifestar.

FONTE: BRASIL DE FATO

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF